

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.561 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 11 DE SETEMBRO DE 2002

Gerardo Magela



## Senado autoriza renegociação da dívida de Alagoas

De acordo com o projeto, estado terá 30 anos para pagar R\$ 807,1 milhões à União

Projeto de resolução aprovado pelo Plenário (*foto*) permite ao estado de Alagoas renegociar sua dívida mobiliária com a União, no valor de R\$ 807,1 milhões. O prazo para pagamento será de 30 anos. Na mesma sessão, o Rio Grande do Sul foi autorizado a lançar mão de créditos do Instituto de Previdência do Estado junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais para pagar débitos da instituição com a Caixa Econômica Federal.

PÁGINA 3

Gerardo Magela



Edison Lobão presidiu comissão que elaborou decreto sobre Serra Pelada

## Garimpeiro pode voltar ao trabalho em Serra Pelada

O Plenário aprovou ontem e o presidente em exercício do Senado, Edison Lobão, promulgou de imediato decreto que devolve à cooperativa de garimpeiros área de 100 hectares em Serra Pelada.

PÁGINA 3

## Jucá quer ampliar prazo para emendas ao Orçamento

PÁGINA 7

Romero Jucá sugere extensão de prazo até 29 de outubro



Roque de Sá



Gerardo Magela

## Teotônio elogia acordo com a Alemanha para reduzir efeito estufa

PÁGINA 4

Teotônio: Protocolo de Kyoto é viável e deve ser adotado por todos países

## Fogaça critica intenção de invadir o Iraque

PÁGINA 8

# Valadares elogia papel do Senado na solução da dívida de agricultores

Senador afirma que resolução do Banco Central reúne a contrapartida do governo a descontos nos débitos, propostos em emenda de sua autoria aprovada pelo Plenário

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou, ontem, que a resolução editada segunda-feira pelo Banco Central (BC) regulando a dívida dos produtores rurais não é satisfatória, mas representa o resultado de negociação realizada entre o governo e o Congresso Nacional. O parlamentar enalteceu o papel desempenhado pelo Senado, que alterou uma medida provisória, forçando o governo a negociar a dívida dos agricultores.

Valadares lembrou que, quando da discussão da Medida Provisória nº 9, emenda de sua autoria aprovada pelo Plenário autorizava um desconto que variava de 14% a 40%. A contrapartida do governo foi de 14% a 35%, regulamentada agora pelo BC.

Ele observou, no entanto, que embora a resolução tenha trazido alguns benefícios, deixou alguns produtores de fora por falta de orientação dos agentes financeiros, situação que deverá ser discutida pelo Senado posteriormente. O senador manifestou esperança de que o próximo governo "esteja comprometido com as reivindicações dos pequenos e seja solidário com as causas sociais".

A resolução do Banco Central, explicou o senador, dá um prazo até 31 de outubro para os mutuários inadimplentes com o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procer) regularizar suas obrigações. O saldo devedor, a partir dessa data, estará sujeito a taxa efetiva de juros de

Valadares disse que emenda de sua autoria à MP sobre dívida rural forçou o governo a negociar

Gerardo Magela



1,15% ao ano e o vencimento da dívida pode ser alongado pelo prazo de 15 anos. A resolução regula ainda as operações de crédito rural amparadas também pelo

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e pelos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

## Estados poderão participar do capital da Infraero

Estados e municípios que investirem na construção, ampliação e reforma de aeroportos poderão obter, em contrapartida, participação no capital da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), conforme estabelece projeto de lei apresentado pelo senador Waldeck Ornélas (PFL-BA). A proposta está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para deliberação conclusiva.

Ornélas argumenta que a maioria das obras em aeroportos pertencentes ou administrados pela Infraero tem sido custeada, em 50%, pelos estados e municípios, principalmente nordestinos, que investem recursos próprios ou recebidos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur). Nesse sentido, o senador sustenta que o projeto é justo, já que, segun-



Célio Azevedo

Waldeck Ornélas quer garantir direito a estados e municípios que fizerem ampliação ou reforma de aeroporto

do dispositivo constitucional, a exploração e manutenção dos aeroportos brasileiros são de competência da União.

— Justamente os estados mais pobres da Federação têm sido compelidos a participar dos investimentos de uma empresa fe-

deral para poderem dispor de melhor infra-estrutura aeroportuária. É certo que é do interesse dos estados a melhoria da condição operacional dos aeroportos, notadamente como fator de desenvolvimento econômico, em especial do fomento da indústria

do turismo. Mas nem por isso se justifica o repasse de seus recursos para o incremento do patrimônio de outra pessoa jurídica sem que haja uma contrapartida por parte da entidade beneficiada — acrescenta o senador.

A proposta de Waldeck Ornélas altera a legislação que criou a Infraero, de 1972, de modo a considerar os investimentos de estados e municípios como aporte de capital que deve ser convertido em participação no capital da empresa. O projeto determina que no prazo de 30 dias, a partir da promulgação da nova lei, o Ministério da Defesa deverá instituir uma comissão para tomar as medidas necessárias à formalização da nova composição societária da Infraero.

## Jucá destaca progresso em Roraima

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou a importância do desenvolvimento do município de São João da Baliza para Roraima. Segundo o senador, as 11 obras que ajudou a realizar na cidade, localizada a 313 Km de Boa Vista, exemplificam como vale a pena lutar pelo progresso de seu estado. Isso porque, além de gerar empregos, os projetos contemplam áreas sociais e econômicas fundamentais da região, como saneamento básico, capacitação de jovens, compra de equipamentos para agricultura e construção de um centro de saúde.

De acordo com Jucá, assim como São João da Baliza, todas as áreas de Roraima devem continuar se esforçando para alcançar níveis de crescimento semelhantes aos de Boa Vista. Para isso, o senador acredita que basta cada membro da sociedade cumprir sua parte.

— A prefeitura, fazendo uma administração honesta, o governo do estado, apoiando projetos importantes para os municípios, e o povo, cobrando melhorias todos os dias, sem cansar — afirmou.

Jucá relacionou os projetos de lei de sua autoria que englobam medidas em favor de Roraima e da Região Norte, entre eles a proposta que cria em Boa Vista área de livre comércio e a que autoriza o Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Amazonas e de Roraima, além do projeto que dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações





Roosevelt Pinheiro

Medida beneficiará escoamento de produtos da região, diz Tasso Rosado

## Aprovada federalização de trecho de rodovia no NE

O Senado aprovou ontem a federalização do trecho da rodovia que liga a Chapada do Apodi, no Rio Grande do Norte, ao Vale do Jaguaribe, no Ceará, região de fruticultura irrigada destinada à exportação. O senador Tasso Rosado (PTB-RN) explicou que, à época de chuvas fortes, a estrada fica intransitável e prejudica o escoamento dos produtos da região, "que tem potencial igual ou superior ao da Califórnia".

A federalização vai permitir obras de recuperação da estrada, o que os estados não estão conseguindo fazer.

Foram aprovados também na sessão plenária de ontem projetos de decreto legislativo autori-

zando a Associação Radioclube Jornal Meia Ponte, de Pirenópolis (GO), e a Associação Comunitária Rádio Nova FM, de Bernardino de Campos (SP), a operarem emisoras de rádio comunitária.

Também foram aprovados ontem decretos legislativos renovando a concessão de emissora em onda tropical na cidade de Bragança (PA) à Fundação Nossa Senhora do Rosário; a permissão outorgada à Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura para operar emissora de rádio em Fortaleza; a concessão da Rádio Cultura, de Araçatuba (SP); e a permissão de funcionamento da Rádio Atlântica FM, de Passo Fundo, (RS).

## Maria do Carmo: pais devem controlar o acesso à Internet

Pais e professores precisam ter uma formação básica em computação que os habilite a decidir sobre a conveniência do uso do computador pelos jovens para jogos e navegação na Internet, defendeu a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE). Ela propõe que pais e professores possam restringir a liberdade de acesso à rede mundial de computadores pelos jovens, quando ela se mostrar inadequada.

De acordo com Maria do Carmo, essa formação deve ser abrangente quanto ao potencial dos computadores "para o bem e para o mal, sem rodeios quanto às possibilidades de seu uso inadequado". Para a senadora, deve-se fazer da informática parceira positiva na formação das novas gerações.

Na opinião da parlamentar, computadores são potentes ferramentas de trabalho, estudo, lazer e conhecimento, mas encer-



Roosevelt Pinheiro

Maria do Carmo: Internet permite que adolescentes tenham acesso à pornografia

ram o perigo potencial no uso da Internet, uma vez que a liberdade de acesso a informações impróprias é inesgotável.

— Temas adultos e, pior ainda, sites de pornografia e violência estão presentes e não devem ser franqueados às crianças e adolescentes, sob pena de estarmos incitando-os a procedimentos criminosos e deturpadores de sua formação — alertou.



Gerardo Magela

Senado também aprovou projeto que trata de débito do Rio Grande do Sul junto à Caixa Econômica Federal

## Plenário autoriza Alagoas a renegociar dívida mobiliária

Estado terá 30 anos para pagar débito de R\$ 807,1 milhões junto à União, e credores poderão receber independentemente de decisão do Judiciário

O Senado aprovou ontem projeto de resolução do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) que permite ao estado de Alagoas a renegociação de dívida mobiliária com a União, no valor de R\$ 807,1 milhões. A matéria foi aprovada contra o voto da senadora Heloísa Helena (PT-AL). Segundo ela, a dívida é decorrente de fraudes com precatórios judiciais — a falsificação de precatórios durante o governo Divaldo Suruagy foi comprovada pela CPI dos Precatórios.

O governo de Alagoas terá 30 anos para pagar a dívida, enquanto os credores dos títulos poderão receber independentemente de decisão definitiva do Judiciário. Em caso de sentença atestando a fraude, os beneficiários serão obrigados a devolver o dinheiro.

— É uma vergonha. Teria que ser ao contrário, e o governo pagar apenas se houvesse decisão final do Judiciário — disse Heloísa Helena.

Conforme a senadora, a dívida é decorrente da falsificação de

precatórios judiciais em favor de 32 usinas de açúcar e álcool.

Também foi aprovado projeto de resolução que permite ao governo do Rio Grande do Sul lançar mão de créditos do Instituto de Previdência do Estado junto ao Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS) para pagar débitos à Caixa Econômica Federal. O governo gaúcho já tinha sido autorizado a assumir dívidas do instituto com a União. Agora pode lançar mão dos créditos do FCVS para amortizar os débitos.

## Garimpeiros poderão voltar a Serra Pelada

O Plenário aprovou e o presidente em exercício, senador Edison Lobão, promulgou em seguida o decreto legislativo que retira da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e devolve à cooperativa de garimpeiros a posse de uma área de 100 hectares no garimpo de Serra Pelada, no Pará. O projeto de decreto legislativo é de autoria de uma comissão de senadores que teve como presidente o senador Edison Lobão (PFL-MA) e como relator o senador Ademir Andrade (PSB-PA). Três emendas que vieram da Câmara dos Deputados foram rejeitadas.

Serra Pelada pertencia à Vale do Rio Doce mas, em 1984, o então

presidente João Baptista Figueiredo cedeu à pressão dos garimpeiros que trabalhavam na área e cedeu 100 hectares para o garimpo, pagando à Vale, com dinheiro da União, indenização de US\$ 60 milhões.

Em 1992, o então presidente Fernando Collor de Mello assinou decreto devolvendo Serra Pelada integralmente à Vale do Rio Doce. A essa altura, já havia até uma cidade em volta do garimpo, Curionópolis. Diante da crise social criada, o Senado instalou em 1997 comissão especial para analisar o problema, que propôs a anulação do decreto de Collor e a devolução da área aos garimpeiros.



Roosevelt Pinheiro

Lobão promulgou ontem o decreto legislativo que garante a existência do garimpo em Serra Pelada

# Teotônio destaca acordo ambiental com Alemanha

Compromisso assumido pelo governo brasileiro para realizar o primeiro grande projeto de redução do efeito estufa foi firmado durante a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, na África do Sul

O acordo firmado entre o governo brasileiro e o governo alemão para realizar o primeiro grande projeto mundial de redução do efeito estufa foi elogiado ontem pelo senador Teotônio Vilela (PSDB-AL). Ele explicou que o acordo foi assinado no último dia 2, na África do Sul, durante a reunião da Cúpula da Terra promovida pela ONU. O compromisso foi firmado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo primeiro-ministro da Alemanha Gerhard Schröder.

Teotônio explicou que o objeto do acordo é a compra, pela Alemanha, do resgate de carbono e da melhoria ambiental proporcionada pela venda, no Brasil, de 100 mil novos carros a álcool.

— Esse compromisso pode se constituir em um exemplo para o



Gerardo Magela

Projeto é um exemplo para o mundo de que o Protocolo de Kyoto é viável, diz Teotônio

mundo de que é possível, com eficiência e vantagens econômicas, adotar práticas energéticas mais sustentáveis. Ou seja, um exemplo de que o Protocolo de Kyoto, além de necessário, é viável e merece ser rapidamente adotado por

todos os países — acrescentou.

Para o senador, o Brasil se coloca mais uma vez nessa vanguarda devido ao fato de que, mesmo sendo uma das dez economias mais industrializadas do planeta, tem a matriz energética (hidrelétricas) mais limpa e renovável do mundo, além do programa de álcool combustível. Ele disse que apesar da evolução tecnológica, da qualidade dos motores e de manter em funcionamento uma rede de distribuição e comercialização de álcool

hidratado em todo o país, a produção de veículos a álcool retornou aos patamares anteriores aos da década de 70.

— Situação inaceitável e que deve ser urgentemente revertida. Principalmente neste momento

em que o nosso Congresso, assim como grande parte dos parlamentos do mundo, ratificam o Protocolo de Kyoto, enfatizando a necessidade de se estabelecer políticas em prol das fontes renováveis de combustível. Por isso o programa do álcool se configura como oportunidade vantajosa para uma ação que reduza as emissões de carbono na área dos transportes.

## ÁLCOOL

Teotônio informou que, com o programa de comercialização de 100 mil carros a álcool, deixarão de ser emitidas mais de sete milhões de toneladas de gases causadores do efeito estufa; haverá um aumento de 500 milhões de litros na produção de álcool por ano, provocando a expansão na produção de cana de mais cinco milhões de toneladas, ou o equivalente a um cultivo de mais 60 mil hectares.

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) disse que no Piauí está sendo feita uma experiência que apro-

veita a biomassa e produz óleo diesel a partir de óleo vegetal. Ele também acrescentou que outra experiência indicou que é possível produzir óleo diesel a partir da mamona.

— Além de ser 50% óleo e 50% adubo, um hectare de mamona retira do ar 30 quilos de gás carbônico por dia; e um hectare de mamona equivale a um emprego.

## REDUÇÃO DE ICMS

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que o álcool é um assunto apaixonante para os paulistas do interior. Ele revelou que o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, participou de um debate na Federação das Indústrias com empresários e anunciou redução no ICMS para o álcool, de 25% para 12%.

— O governador anunciou também um projeto científico da Ford que lançará um motor conversível entre álcool e gasolina, sem necessidade de adaptações — informou.

## Adulteração de combustível pode ser crime

Encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em caráter de decisão terminativa, projeto de lei do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que altera a Lei nº 8.176/91 para que também seja considerado crime contra a ordem econômica a adulteração de combustíveis. De acordo com o senador, pesquisa feita pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) revelou que houve crescimento na adulteração da gasolina entre 2001 e este ano, e que 10,45% do combustível não se enquadra nos padrões mínimos de qualidade estipulados pela entidade.

O senador argumenta que em-

bora a adulteração de combustível possa ser considerada uma fraude, o Ministério Público tem encontrado dificuldades para oferecer denúncia contra os agentes que falsificam os produtos. Isso ocorre devido aos vários elementos que constituem a conduta de estelionato, tipificada no artigo 171 do Código Penal (obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento).

### FRAUDES

Citando dados publicados pela imprensa, Bezerra afirma que,

além do prejuízo ao consumidor, estima-se que as fraudes em 24 bilhões de litros de combustíveis vendidos por ano provoquem um rombo de R\$ 1,5 bilhão em perdas de tributação.

A pesquisa da ANP ainda revelou que a adulteração não está restrita a gasolina, pois 18,5% das amostras de álcool testadas em todo o país estavam fora dos padrões. A alteração no álcool, de acordo com a pesquisa citada pelo senador, cresceu 85% nos primeiros meses de 2002 e o índice de inconformidade com as especificações legais do combustível já é quase duas vezes maior que o da gasolina.



José Cruz

Proposta de lei de Carlos Bezerra visa coibir fraudes que provocam grandes perdas de tributação

## Bezerra propõe mudança no Código de Trânsito

Projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que altera o Código de Trânsito Brasileiro, com a proposta de inclusão de faróis com tratamento anti-ofuscamento entre os equipamentos de uso obrigatório nos veículos, foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O objetivo é evitar o ofuscamento gerado pela luz alta dos faróis dos veículos

nos olhos do motorista em sentido contrário.

Testes realizados mostram que um motorista que trafegue em uma estrada a uma velocidade de 100 quilômetros por hora, ao receber luz alta de outro veículo em direção contrária, percorre 135 metros sem ver absolutamente nada que esteja à sua frente, argumenta o senador na justificativa da matéria.

— Acreditamos que, em vista da importância dos benefícios a serem alcançados com a medida, a obrigatoriedade vai propiciar não só o aprimoramento de modelos já existentes como também o surgimento de novas técnicas de tratamento de faróis que minimizem os problemas de ofuscamento da visão dos motoristas dos demais veículos — afirma o senador.



O *Jornal do Senado* publica perguntas e sugestões dirigidas aos senadores abordando questões de interesse público. A desta edição foi veiculada pela TV Senado. Você pode participar e ter sua pergunta respondida aqui, ligando gratuitamente para o serviço *A Voz do Cidadão* — 0800 661 2211 — e autorizando a publicação.

*João Paulino de Lima, de Mamanguape (PB):* Os senadores deveriam usar palavras mais simples e evitar as siglas nos discursos. Muitas pessoas não sabem o que significam MP, PLS ou promulgação.

*O senador Lindberg Cury (PFL-DF) responde:* Nós deveríamos nos lembrar sempre que a mídia está muito presente nos trabalhos do Senado Federal. Por vezes esquecemos que não falamos somente para os da própria Casa. Em razão da divulgação de tudo aquilo que é dito e da atenção do brasileiro voltada para a política, é importante que se use termos mais adequados. A comunicação exige simplicidade para que todos entendam o que é dito pelos legisladores.





Lauro: verticalização desorganizou a vida partidária no país

## Lula pode ser próxima vítima do Planalto, adverte Lauro

O senador Lauro Campos (PDT-DF) alertou ontem o candidato Luiz Inácio Lula da Silva quanto à possibilidade de ele se tornar a próxima vítima “das articulações do Planalto e do seu candidato chapa-branca José Serra”. Segundo Lauro, a ex-governadora Roseana Sarney foi a primeira prejudicada e o candidato Ciro Gomes acaba de ser atingido.

— Agora, estão preparando a desmoralização de quem? De Luiz Inácio Lula da Silva. Daqui a uma semana vão começar a aparecer as inverdades espertas, as articulações não provadas, mas altamente eficientes. Lula pode colocar o que resta de sua barba de molho — alertou o senador.

Lauro Campos também criticou

o ministro Nelson Jobim, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, pela decisão que verticalizou as coligações partidárias. Para ele, a obrigatoriedade de as alianças nacionais se reproduzirem em nível estadual e municipal significa “a mistura de jacaré com cobra d’água, a completa desorganização da vida partidária no Brasil”.

Em seu pronunciamento, Lauro Campos ainda criticou as declarações feitas pelo investidor George Soros, segundo as quais as eleições no Brasil são decididas nos Estados Unidos. Ele lembrou que o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, é ex-funcionário de Soros, a quem “deve subserviência até hoje”.

## Jucá diz que revista do PSDB estimula debate democrático

Ao destacar a importância do Instituto Teotônio Vilela — órgão de estudos do PSDB — no estímulo ao amplo debate democrático, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou a criação, pelo órgão, da revista *Social Democracia Brasileira*, que já está na sua quarta edição. Ele disse que a publicação veio proporcionar aos tucanos de todo o Brasil acesso às informações e participação nas reflexões sobre os principais temas da atualidade brasileira e internacional.

Na avaliação do senador por Roraima, a revista traduz a filosofia do PSDB de mobilizar pessoas em prol dos grandes objetivos nacionais pela via da formação, da informação e do amplo debate democrático.

— Não buscamos adesões cegas, queremos, isto sim, a participação consciente dos cidadãos na formulação de consensos capazes de empolgar as mentes e os corações para as gigantescas tarefas de transformação do Brasil — explicou o senador.

Romero Jucá ressaltou, ainda,

que a *Social Democracia Brasileira* não se constitui apenas em instrumento intrapartidário, mas também em publicação que abrange uma audiência mais ampla. Ele lembrou que desde sua edição de número zero, em novembro passado, a revista reúne, além de artigos de membros do PSDB, material de acadêmicos e escritores, como Gilberto Dimenstein, Max Weber e Ron Powers.

A primeira edição da *Social Democracia Brasileira*, de caráter experimental, teve como tema o terrorismo globalizado. As três seguintes, lembrou o senador, foram elaboradas a partir do contato com lideranças do partido e contribuições de leitores da publicação anterior, promovendo, assim, uma decisão consensual sobre que assuntos explorar. Dessa forma, a revista de número 1, de janeiro de 2002, abordou a democracia, e, a de março, a igualdade. A edição seguinte, publicada em junho, trouxe uma análise sobre a juventude.

# Suassuna defende presídios federais e penas mais duras

Senador sugere isolar chefes do narcotráfico para evitar que algumas penitenciárias se transformem em “quartel-general das quadrilhas”

A construção de presídios federais foi defendida ontem pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Ele manifestou sua satisfação pelo fato de, em entrevista concedida pela manhã, o candidato à Presidência da República José Serra (PSDB) ter destacado a importância dessa medida para o combate à violência, e lembrou que já apresentou proposta nesse sentido.

Ney Suassuna protestou contra a atual situação, em que os presídios de segurança máxima, como Bangu I, II e III, foram transformados em “quartel-general das quadrilhas”. Ele lembrou que, nesta semana, a mídia divulgou a gravação de telefonema de um dos presos encomendando um míssil de guerra.

— Temos que tirar os bandidos



Segundo Suassuna, a inimputabilidade dos menores de 18 anos é um equívoco

Fotos: Geraldo Mingelo

anos. Ele afirmou que as quadrilhas têm se prevalecido disso.

— Toda vez que eles matam alguém, o culpado sempre é o menor — protestou.

O senador também apontou como falha da legislação a fixação de uma pena máxima de 30 anos “tanto para quem mata um como para quem mata dez”. Ele considera essa limitação absurda e propõe que, a exemplo do que já fizeram os espanhóis, o Brasil adote a duplicação da pena, de acordo com o crime cometido.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) admitiu que o aparelho policial não tem condições de conter a violência. Ele entende que, se não fossem as religiões, com destaque para católicos e evangélicos, a sociedade brasileira “viveria mergulhada em absoluto caos”.

que usam celulares daqueles presídios e colocá-los nos cafundós-judas. Por isso, meu projeto destina recursos do Orçamento para construção de presídios agrícolas — disse o senador.

Suassuna apontou ainda como um equívoco da legislação a inimputabilidade dos menores de 18

## Emilia destaca resultados do governo gaúcho

Ao registrar que o Rio Grande do Sul está comemorando os 167 anos da Revolução Farroupilha, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) fez um balanço da atuação do governo Olívio Dutra, especialmente nos setores da agricultura, pecuária e agroindústria. Ela destacou que, apesar do desenvolvimento rural sustentável ser decisivo para a economia, vários governos federais e estaduais trataram com descaso as populações rurais.

Segundo a senadora, de 1999 a 2002 o governo Olívio Dutra ampliou o público beneficiário e o volume de recursos investidos na agricultura, destinando mais de R\$ 1,2 bilhão para cerca de 300 mil famílias. As iniciativas do governo gaúcho possibilitaram, na avaliação de Emilia, que o Rio Grande do Sul alcançasse a maior safra de grãos de todos os tempos: 20 milhões de toneladas em 2001. A produção de trigo foi duplicada em três anos.

— Também criamos uma estrutura estadual para a reforma agrária, provando que o modelo democrático e popular é a única chance de realizarmos uma reforma agrária sem violência. Assentamos mais de 5.300 famílias e beneficiamos cerca de 10 mil famílias nos assentamen-



Emilia Fernandes também manifestou apoio à mobilização de suinocultores

am as prioridades macrosociais de um governo do seu partido: a inclusão de 53 milhões de brasileiros; a preservação do direito ao trabalho e à proteção social de milhões de assalariados, pequenos e médios produtores rurais e urbanos; e a universalização dos serviços e direitos sociais básicos, como o acesso à terra e à habitação.

O último assunto abordado pela senadora foi a mobilização que suinocultores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná pretendem fazer ainda esta semana em Brasília, reivindicando a liberação de uma linha de financiamento de R\$ 200 por matriz, com prazo de pagamento de cinco anos e juros de 3% ao ano. Solidária ao movimento reivindicatório, ela lembrou que o setor está em crise desde o início deste ano.

— Só no Rio Grande do Sul, a crise atinge 76,8 mil produtores. O principal problema está na diferença entre o preço recebido pelo quilo do suíno, na média de R\$ 1,12, e o custo de produção, calculado em R\$ 1,35. Faço um apelo para que o governo federal atenda as reivindicações dos suinocultores imediatamente — disse Emilia Fernandes.

tos implementados — salientou Emilia.

Outra iniciativa do governo Olívio Dutra citada pela senadora gaúcha foi a implantação do seguro agrícola. Ela registrou que a partir de agosto foram iniciados os pagamentos do seguro para 17.279 famílias de agricultores de 133 municípios, que tiveram prejuízos em suas lavouras devido a problemas climáticos.

Emilia Fernandes também falou do modelo de desenvolvimento que o PT pretende implantar no país, caso o candidato Luiz Inácio Lula da Silva seja eleito presidente da República. Ela antecipou que três seri-

# Plenário homenageia dom Lucas Moreira Neves

Senado aprova voto de profundo pesar pelo falecimento do cardeal, em Roma, aos 76 anos de idade. Eduardo Suplicy e Pedro Simon destacam declarações de dom Paulo Evaristo Arns e do presidente Fernando Henrique

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento de voto de profundo pesar pelo falecimento do cardeal dom Lucas Moreira Neves, no último domingo, em Roma, aos 76 anos. A iniciativa partiu dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Eduardo Suplicy (PT-SP), que lamentaram em nota o falecimento do cardeal e lembraram que ele estava entre os possíveis sucessores do papa João Paulo II.

Suplicy fez um breve relato da trajetória de dom Lucas, mineiro de São João del Rey e primo do presidente Tancredo Neves, até a



Dom Lucas Moreira Neves estava entre os possíveis sucessores de João Paulo II

presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

de 1995 a 1998. Nesse ano, foi elevado pelo Papa ao posto de prefeito da Congregação para os Bispos, ao qual renunciou, em 2000, por problemas de saúde: o diabetes o obrigava a sessões frequentes de hemodiálise. Dom Lucas também era membro da Academia Brasileira de Letras e foi colaborador de alguns jornais.

Os senadores incluíram em sua nota declarações de dom Paulo Evaristo Arns, ex-cardeal de São Paulo, e do presidente Fernando Henrique Cardoso, que admiravam o trabalho pastoral de dom Lucas Moreira Neves.

## Voto de pesar pela morte do ex-senador Freitas Cavalcanti

Foi aprovado ontem pelo Senado voto de pesar pelo falecimento do ex-senador Antônio de Freitas Cavalcanti, aos 94 anos, em 29 de agosto, em Maceió. Autor do requerimento, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) lembrou que o ex-senador exerceu a atividade parlamentar por 22 anos.

Renan Calheiros ressaltou que Freitas Cavalcanti foi o deputado mais votado por Alagoas, exercendo mandato na Câmara de 1945 a 1954. No Senado, onde exerceu mandato de 1954 a 1962, foi membro da Mesa, tendo ocupado a 2ª Secretaria e presidido a antiga Comissão de Finanças.

Freitas Cavalcanti também integrou os quadros do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e foi eleito membro da Academia



Renan Calheiros disse que ex-senador exerceu atividade parlamentar por 22 anos

Alagoana de Letras, onde se tornou, segundo Renan Calheiros, "um dos guardiões da memória de seu povo".

Antônio de Freitas Cavalcanti deixou a carreira política para assumir o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União, que presidiu de 1966 a 1967.

## Emilia lamenta perda de filósofo gaúcho

O Senado aprovou ontem requerimento de pesar apresentado pela senadora Emilia Fernandes (PT-RS) pela morte, aos 72 anos, do professor e filósofo gaúcho Gerd Bornheim, ocorrida no último dia 6. Bornheim, que teve uma extensa formação em filosofia, disse a senadora, ministrava cursos e participava de conferências por todo o país e no exterior sobre temas que variavam entre filosofia, teatro e artes plásticas.

Ele iniciou seus estudos no Rio Grande do Sul, na PUC de Porto Alegre e na Universidade Fede-

ral do Rio Grande do Sul (UFRGS), lembrou Emilia, tendo sua primeira experiência internacional, no mundo acadêmico, na Sorbonne, em Paris. Depois esteve em Oxford, na Inglaterra, e em Freiburg, Alemanha.

Emilia também lembrou a atuação de Bornheim como professor, na UFRGS, durante o regime militar, e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), antes de se tornar professor da UERJ. Bornheim também lecionou por um semestre na Universidade de Frankfurt, na Alemanha. Cassado em 1969, foi proi-

bido de lecionar em qualquer universidade brasileira.

Segundo, ressaltou Emilia, Bornheim sempre defendeu o retorno da disciplina de filosofia aos currículos escolares, especialmente no ensino médio, proposta aprovada este ano no Congresso Nacional e vetada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

— Ele era um defensor do estudo da filosofia como estímulo ao pensamento crítico. Também foi um crítico do estilo faroeste da política externa norte-americana — disse a senadora.

## Suplicy lembra um ano sem Toninho do PT

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou ontem o transcurso de um ano do assassinato do prefeito de Campinas, Antonio da Costa Santos, o Toninho do PT. Suplicy disse que embora as investigações policiais tenham levado à conclusão de que o assassinato



Toninho do PT, ex-prefeito de Campinas, assassinado no ano passado

foi crime comum, a esposa e a filha do prefeito ainda estão solicitando às autoridades que se examinem mais profundamente suas causas.

— Toninho era uma pessoa apaixonada pela cidade de Campinas e pelo seu povo. Ele lutou para que todo ato da prefeitura fosse feito com total

transparência e aplicou o orçamento participativo, programas de habitação popular e instrumentos de garantia de renda mínima — disse.

Filho de imigrantes portugueses, Toninho cursou a USP e deu aulas de arquitetura na PUC em Campinas, onde também dedicou-se à urbanização de favelas.

JUSCELINO

Suplicy também lembrou que amanhã o Senado celebra os 100 anos de nascimento do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek, "um exemplo de amante da democracia e do

povo brasileiro". O senador disse que, aos 14 anos de idade, ficou impressionado com apresentação feita por JK dos projetos de estradas que cortariam o país e do plano de metas do seu governo. Suplicy lembra que fez questão de participar da festa de inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960.

Para o senador, o candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, representa, hoje, o mesmo anseio de crescimento acelerado da economia brasileira, mas com sentido de justiça mais forte.

O senador Lauro Campos (PDT-DF), em aparte, afirmou que as dez metas de JK foram ultrapassadas e que Getúlio Vargas era contrário ao desenvolvimento acelerado porque gera dívida externa.

## Chico Sartori defende novo modelo para a Previdência

O senador Chico Sartori (PSDB-RO) defendeu ontem a necessidade da implantação de um novo modelo para a Previdência Social que corrija as distorções e apresente soluções eficazes para a sua modernização. Na avaliação do senador, a Previdência precisa de modificações que assegurem aos idosos benefícios que possibilitem uma velhice digna.

— Infelizmente, não tive a oportunidade de participar da reforma da Previdência como senador da República. No entanto, movido pela preocupação permanente oriunda das ruas por onde passo, nas inúmeras cidades da minha Rondônia, sinto na pele o imenso drama social com o qual convivem os nossos idosos — afirmou Chico Sartori.

O senador por Rondônia lamentou que a Previdência ainda continue injusta e que os aposentados do INSS constatem a cada ano que o valor dos seus benefícios vem diminuindo. Ele advertiu que, apesar do esforço do presidente Fernando Henrique Cardoso para corrigir as injustiças, o sistema previdenciário não pode continu-



Chico Sartori também registrou o falecimento do padre Romano, de Ji-Paraná

ar a beneficiar uma minoria em detrimento da maioria que recebe os menores valores.

FALECIMENTO

Em seu pronunciamento, Chico Sartori também registrou o falecimento do padre Romano, da cidade de Ji-Paraná (RO), afirmando que o religioso "deixa um exemplo de fé e humildade". Segundo o senador, o padre Romano sempre procurou defender as pessoas menos favorecidas e não deixava de participar dos eventos promovidos pelas comunidades rurais.



# Jucá quer mais prazo para emendas ao Orçamento

Vice-líder do governo sugere que parlamentares tenham até 29 de outubro para apresentar propostas de mudança ao projeto orçamentário, que, segundo ele, deve seguir um rito diferenciado em anos eleitorais

O vice-líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), propôs ontem a extensão, até 29 de outubro, do prazo para apresentação de emendas ao Orçamento da União para 2003. O prazo em vigor vai de 2 a 16 de outubro.

Dessa forma, acredita o senador, os assessores parlamentares poderiam começar a elaborar as emendas ainda durante o processo eleitoral. E os parlamentares que permanecerem em seus estados até a definição do segundo turno disporiam de tempo para examinar essas sugestões e protocolar suas propostas de mudança do projeto orçamentário logo após as eleições.

— Os primeiros passos para acelerar a tramitação do Orçamento são a apresentação de emendas e a definição dos relatores setoriais — afirmou Jucá.

O senador admitiu que dificilmente será apresentado ainda em setembro, como prevê o atual cronograma, o parecer preliminar



Roque de Sá

Jucá defende votação de destaques quando da apreciação do relatório geral

do relator do projeto, Sérgio Machado (PMDB-CE). Na opinião do vice-líder, a tramitação da proposta orçamentária precisa seguir um rito diferenciado em anos eleitorais, quando parlamentares ausentam-se de Brasília para participar das campanhas políticas.

Uma das mudanças que Jucá sugere é a votação de destaques apenas no momento em que este-

ja sendo apreciado o texto elaborado pelo relator-geral do projeto de Orçamento. Com isso, observou, se poderia poupar tempo, evitando-se as longas discussões de destaques apresentados normalmente aos relatórios setoriais. O senador disse que, apesar das eleições, pretende ver o projeto de Orçamento aprovado ainda este ano.

## Amaral questiona endividamento da CEB, apesar dos aumentos de tarifa

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) disse ter ficado surpreso com matéria publicada na edição da quinta-feira passada do jornal *Correio Braziliense*, informando que a Companhia Energética de Brasília (CEB), apesar dos aumentos nas tarifas de energia pública, parece encontrar-se em situação de “endividamento explosivo”. Essa é a conclusão à qual o jornal chegou, a partir de declarações de fiscais da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que visitaram a companhia.

De acordo com o *Correio Braziliense*, entre 2000 e 2001, a dívida de curto prazo (com vencimento em até um ano) da CEB aumentou 79,65%, saltando de R\$ 167,1 milhões para R\$ 300,2 milhões. Já a dívida com vencimento superior a um ano pulou, no mesmo período, de R\$ 82,6 milhões para R\$ 306,2 milhões, o que representa um aumento de 270%.

— Diante de números tão surpreendentes aos quais a CEB teria chegado em tão pouco tempo, os



José Cruz

Valmir Amaral considera surpreendente a “acentuada deterioração” das finanças da empresa

fiscais da Aneel não poderiam ter chegado a outras conclusões. A primeira foi que tal evolução do endividamento pode comprometer a liquidez da empresa. A segunda, foi que pode haver algo de errado com as contas da empresa — afirmou Valmir Amaral.

A própria matéria publicada pelo jornal, segundo o senador, cita declaração do superintendente de fiscalização econômica e fi-

nanceira da Aneel, Romeu Rufino, de que foram identificadas informações que merecem análise mais aprofundada. Auditores e analistas do mercado de capitais ouvidos pelo *Correio* também examinaram as contas da CEB e detectaram algumas irregularidades, como o lançamento de despesas como ativos — estratégia que infla artificialmente o lucro, permitindo maior distribuição de dividendos.

### INFORMAÇÃO

O senador disse que vem acompanhando com interesse toda notícia que diz respeito à CEB. Ele lembrou que este ano apresentou requerimento de informações à companhia sobre a autorização da Aneel para aumento nas tarifas.

— Me espanta muito que uma empresa que vem sendo agraciada com aumento substancial de tarifas venha sofrendo deterioração acentuada, em tão pouco tempo, de sua saúde financeira — disse o senador.

## Senadores por Roraima propõem escolas agrotécnicas

A criação de uma Escola Agrotécnica Federal para atender ao município de Bonfim, em Roraima, e a instalação de outra em Iracema, no mesmo estado, são os objetivos de dois projetos de lei apresentados pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e que estão prontos para entrar na pauta da Comissão de Educação (CE).

— Investir na educação é o caminho mais seguro para o desenvolvimento. O Estado deve cada vez mais desocupar-se de outros encargos para promover uma educação cada vez melhor e mais próxima dos que dela necessitam — afirma Mozarildo, na justificativa das propostas.

O projeto que determina a criação da escola agrotécnica em Bonfim tramita anexado a um projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) e a outro da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) que têm o mesmo propósito. As



José Cruz

Mozarildo é autor de dois projetos que serão examinados pela Comissão de Educação

três proposições receberam parecer favorável do senador Bello Parga (PFL-MA).

Já a proposição que se refere ao município de Iracema tem relatório de Sebastião Rocha (PDT-AP) pela aprovação. A decisão da CE sobre essas matérias será de caráter terminativo.

## Câmara examina projeto que cria rodovia no ES

A proposta de criação da rodovia federal BR-447, ligando o Porto de Capuaba à BR-262, aprovada pelo Senado na forma de projeto de lei, está atualmente em discussão na Câmara dos Deputados. De iniciativa do senador Gerson Camata (PMDB-ES), o projeto visa à implantação de ligação alternativa para a região, eliminando os atuais problemas de tráfego nas vias de acesso à Grande Vitória.

A matéria aguarda pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara, tendo como relator o deputado Moroni Torgan (PFL-CE). No Senado, a tramitação foi encerrada em 7 de março, com a remessa à Câmara do texto final aprovado em caráter terminativo na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), na forma do parecer apresentado pelo relator, senador Paulo Hartung (PSB-ES).

Hartung considerou de “inquestionável mérito” a iniciativa de Camata e ressaltou a redução dos



José Cruz

Proposta de Gerson Camata visa eliminar problemas de tráfego nas vias da Grande Vitória

percursos, tempo das viagens e fretes que será propiciada pela nova ligação, além de melhoria substancial dos graves congestionamentos que atingem as vias da Grande Vitória atualmente utilizadas pelos caminhões vindos do Porto de Capuaba.

# Fogaça: governo deve posicionar-se contra declaração de guerra ao Iraque

Por mais que as acusações contra o governo de Saddam Hussein sejam procedentes, os Estados Unidos precisam antes submeter a decisão ao Conselho de Segurança da ONU, diz o senador

Ao criticar a intenção do governo norte-americano de declarar guerra ao Iraque de forma unilateral, o senador José Fogaça (PPS-RS) alertou para a necessidade de o governo brasileiro se posicionar contra qualquer forma de mobilização bélica no momento. Ele acrescentou que, por mais que sejam procedentes as acusações contra o governo de Saddam Hussein, o procedimento correto não é a declaração imediata de guerra.

— O governo dos Estados Unidos deveria antes propor a retomada do controle interno na fabricação de armas químicas e de destruição em massa. Caso esse



Fogaça lembra que Alemanha e França discordam das intenções do governo dos EUA

procedimento fosse rejeitado pelo governo de Saddam Hussein, ainda haveria outra etapa a ser cumprida: submeter ao Conselho de Segurança da ONU a decisão por

uma guerra — analisou.

Para José Fogaça, o Brasil deve mostrar claramente que está contra a posição unilateral norte-americana de declarar guerra ao Iraque. Ele disse também que o Congresso brasileiro deve estar frontalmente contra uma guerra imediata e exigir que os Estados Unidos adotem todos os procedimentos que antecedem uma decisão dessas proporções.

ATENTADOS

José Fogaça lembrou que países como Alemanha e França já demonstraram não concordar com a intenção do presidente norte-americano George W.

Bush de invadir o Iraque imediatamente.

Ele também registrou que os atentados contra os Estados Unidos completam hoje um ano, e classificou os ataques como atos desumanos e injustificáveis.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) elogiou o pronunciamento de Fogaça, sobretudo pela análise “correta e minuciosa” e pelo “posicionamento sensato” que o senador gaúcho aconselhou. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também discordou da intenção de os Estados Unidos declararem guerra contra o Iraque, e destacou que o conflito traria conseqüências para todo o mundo, sobretudo para os países mais pobres.



Mauro Miranda: emissoras comunitárias contribuem para a construção da cidadania

## Mauro ressalta papel das rádios comunitárias

A função social das rádios comunitárias consiste em ocupar o grande vazio informativo entre o Brasil rico, da tecnologia de ponta, e o Brasil pobre, da escassez de recursos, disse o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) ao enaltecer o papel desempenhado por essas emissoras.

As rádios comunitárias, afirmou, estão contribuindo não somente para acelerar a regulamentação do setor de radiodifusão de baixa potência, como também para acirrar o debate sobre a democratização dos meios de comunicação de massa.

Mauro Miranda observou que não se deve confundir as rádios piratas ou clandestinas com as comunitárias, que se destacam pelo envolvimento com as causas sociais e a divulgação de informações básicas para a formação da cidadania. Essas emissoras, explicou, são administradas por um conselho da comunidade, não têm fins lucrativos e operam na faixa das FMs, sem qualquer vínculo religioso ou partidário, abertas para a pluralidade de pensamento e cultura.

A maioria das emissoras comunitárias, lembrou o senador, entrou em funcionamento a partir de 1998, quando o Legislativo e o Executivo entenderam sua importância. Esse processo se completou com a edição de medida provisória, em agosto de 2001, que agiliza o funcionamento das rádios comunitárias, expedindo autorização de operação em caráter provisório.

## Amir Lando quer evitar deportação de brasileiro



Lando: o brasileiro Márcio Ricardo de Souza foi detido pela polícia dos EUA

O senador Amir Lando (PMDB-RO) pediu ao ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, para que interceda junto às autoridades consulares brasileiras nos Estados Unidos no sentido de que seja evitada a deportação de Márcio Ricardo de Souza. Segundo informou, o brasileiro, de 26 anos, foi detido pela polícia norte-americana

após ficar comprovado que ele entrou clandestinamente naquele país em maio último.

No ofício, Amir Lando reconhece a situação de clandestinidade do brasileiro, mas manifesta preocupação quanto à integridade moral e física de Márcio. Conforme o senador, não se sabe exatamente em que condições ele se encontra, ou seja, se está preso ou em liberdade vigiada, ou quando poderá regressar ao Brasil.

Amir Lando lembrou que Márcio Ricardo de Souza mora em Jiparaná, município distante 373 quilômetros de Porto Velho (RO), e que seus pais não têm recursos financeiros e nem meios para comunicar-se com o filho. Por isso, solicitou ao ministro das Relações Exteriores providências para que Márcio possa entrar em contato com os pais e que seja garantido o seu retorno ao país de forma voluntária.

## Suplicy defende taxas de juros mais baixas para acelerar a economia

A redução da taxa de juros Selic, fixada pelo Banco Central em 18% ao ano, voltou a ser defendida pelo líder do Bloco Oposição, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), como condição para a retomada do crescimento econômico do país. “As taxas de juros altas acabaram contribuindo para que a economia não crescesse adequadamente”, afirmou em entrevista à Rádio Senado.

Na opinião do senador, é preciso administrar os recursos e

instrumentos de política econômica de forma a viabilizar taxas de juros mais baixas, capazes de acelerar o crescimento da economia. Ao impulsionar o setor produtivo interno, a medida também renderia reflexos positivos, acrescentou, sobre a arrecadação tributária.

De acordo com Suplicy, esse efeito colateral daria folga ao caixa do governo e reduziria o peso dos gastos com o serviço das dívidas externa e interna, “cujo paga-

mento não pode deixar de ser honrado”. Outro benefício seria o alavancar investimentos em programas sociais, contribuindo para diminuir desigualdades de renda.

Segundo dados da imprensa, o Brasil precisará de US\$ 43,4 bilhões para honrar as contas externas em 2003. Os recursos serão necessários para garantir o pagamento de parcelas da dívida externa que vencem no próximo ano e para compensar o déficit em transações correntes do país,



Taxas menores reduziriam gastos com serviço das dívidas externa e interna, diz Suplicy

composto pelo resultado da balança comercial, da balança de serviços e das transferências unilaterais.